

RECOMENDAÇÃO 003/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por seu intermédio do Promotor de Justiça, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12.02.93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Públco) e art. 38, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar nº 12, de 18.12.93 (Lei Orgânica Estadual), e ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Públco é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo disposição contida no *caput* do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 38, parágrafo único, IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, autoriza o Promotor de Justiça expedir recomendações aos órgãos e entidades públicos, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 37, apregoa que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que os autos em lume, informam ter o Município de Amarante/PI contratado no ano de 2017, mediante inexigibilidade de licitação, os escritórios de advocacia **MARCOS CARDOSO E TIAGO SA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, **CALDAS, RIBEIRO, SANTOS & CASTELO BRANCO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, **MARCOS ANDRÉ LIMA RAMOS ADVOCACIA E CONSULTORIA**, **FALCAO & BENVINDO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **SHAYMMON MOURA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, para a Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria jurídica por profissionais de notoriedade;

CONSIDERANDO que solicitadas informações aos investigados, os mesmos confirmaram a contratação mediante inexigibilidade licitatória, tendo os escritórios de advocacia justificado a contratação por uma suposta notoriedade profissional;

CONSIDERANDO que o instituto da inexigibilidade licitatória exige, dentre outros elementos, singularidade do serviço a ser executado e que a qualificação dos profissionais em questão não se enquadraria naquele conceito;

CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme Súmula STF 473;

CONSIDERANDO que pactuação efetivada mediante inexigibilidade licitatória para a execução de serviço desprovido de singularidade, em tese, atenta contra a legalidade sendo, portanto, ato administrativo eivado de vício;

CONSIDERANDO, que a legalidade é um princípio do Direito Administrativo, dever do Estado e direito do cidadão, conforme prescreve a Constituição Federal ao dispor que a “administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (art. 37, “caput”);

CONSIDERANDO que de acordo com Constituição Federal (art. 37, II), a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

RESOLVE:

RECOMENDAR, com vistas à prevenção geral, em razão de possível ocorrência de atentado aos princípios da administração e danos ao erário público, ao **PREFEITO MUNICIPAL DE AMARANTE/PI**, à luz do art. 37, *caput*, da CRFB/88, que, notadamente:

- a) **ANULE de ofício o contrato administrativo firmado com o escritório de advocacia MARCOS CARDOSO E TIAGO SA ADVOGADOS ASSOCIADOS (Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017)**, pois seu objeto não é singular, pelo que não poderia ter decorrido de procedimento de inexigibilidade de licitação, sob pena de atentar contra o princípio da legalidade, eficiência e moralidade.

Promotoria de Justiça da Comarca de Amarante

b) ANULE de ofício o contrato administrativo firmado com o escritório de advocacia CALDAS, RIBEIRO, SANTOS & CASTELO BRANCO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017), pois seu objeto não é singular, pelo que não poderia ter decorrido de procedimento de inexigibilidade de licitação, sob pena de atentar contra o princípio da legalidade, eficiência e moralidade.

c) ANULE de ofício o contrato administrativo firmado com o escritório de advocacia MARCOS ANDRÉ LIMA RAMOS ADVOCACIA E CONSULTORIA (Inexigibilidade de Licitação nº 01/2017), pois seu objeto não é singular, pelo que não poderia ter decorrido de procedimento de inexigibilidade de licitação, sob pena de atentar contra o princípio da legalidade, eficiência e moralidade.

d) ANULE de ofício o contrato administrativo firmado com o escritório de advocacia FALCAO & BENVINDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (Inexigibilidade de Licitação nº 09/2017), pois seu objeto não é singular, pelo que não poderia ter decorrido de procedimento de inexigibilidade de licitação, sob pena de atentar contra o princípio da legalidade, eficiência e moralidade.

e) ANULE de ofício o contrato administrativo firmado com o escritório de advocacia SHAYMMON MOURA ADVOGADOS ASSOCIADOS (Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017), pois seu objeto não é singular, pelo que não poderia ter decorrido de procedimento de inexigibilidade de licitação, sob pena de atentar contra o princípio da legalidade, eficiência e moralidade.

SOLICITAR, que seja informado a este Órgão Ministerial, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre o acatamento dos termos desta Recomendação ou o envio de ato regulamentar equivalente, se já existente, ficando ciente de que **a inércia será interpretada como NÃO ACATAMENTO A PRESENTE RECOMENDAÇÃO**.

Por fim, fica advertido o destinatário dos seguintes efeitos das recomendações expedidas pelo Ministério Públco: (a) constituir em mora o destinatário quanto às providências recomendadas, podendo seu descumprimento implicar na adoção de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis; (b) tornar inequívoca a demonstração da consciência da ilicitude; (c) caracterizar o dolo, má-fé ou ciéncia da irregularidade para viabilizar futuras responsabilizações por ato de improbidade

administrativa quando tal elemento subjetivo for exigido; e (d) constituir-se em elemento probatório em sede de ações cíveis ou criminais.

Encaminhe-se cópia desta RECOMENDAÇÃO à Secretaria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí para a devida publicação no DOEMP/PI, bem como ao CACOP e TCE/PI para conhecimento e providências.

Autue-se e registre-se em livro próprio.

Arquive-se. **Cumpra-se.**

Amarante-PI, 05 de Agosto de 2019.

AFONSO AROLDO FEITOSA ARAÚJO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Promotoria de Justiça de Amarante